

Memórias perdidas e exílio histórico: o gênero biográfico como instrumento questionador das imposições do passado

Enviado em:
25/04/2014

Aprovado em:
09/05/2014

Marcus Vinícius Duque Neves

duqueneves@yahoo.com.br
Mestre em História
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

Minas Gerais conheceu diversas lutas políticas e sociais desde o período colonial e como resultado destas lutas, uma construção histórica se estabeleceu pela voz dos vencedores. Mesmo assim, mantêm-se os resquícios das memórias dos derrotados e daqueles que por motivos diversos ficaram esquecidos. A memória histórica pode ser seletiva por diversas motivações e o gênero biográfico torna possível descobrir algo sobre essa seletividade, entre outras possibilidades de seu uso. Tratando do período de transição da Monarquia à República, essas lutas produziram outros vencidos e derrotados. Entre aqueles cuja memória foi apagada está um industrial atuante entre os anos de 1880 e 1930: Carlos G. da Costa Wigg. O presente artigo pretende mostrar um caso de pesquisa biográfica pelo qual passam muitas das discussões mais atuais sobre os aspectos da memória e do esquecimento. Este é um caso singular na história mineira, cujos aspectos biográficos únicos podem certamente contribuir com novas releituras em diversas áreas da história de Minas Gerais.

131

Palavras-Chave

Biografia; Memória; Primeira República

Abstract

Minas Gerais has had several political and social fights since the colonial period and as a result of such events a historical construction has been established through the voices of the winners. Nevertheless, the remaining of memories of those defeated and forgotten has persisted. Historical memory can be selective due to different motivations and the biographical gender makes it possible to find out something about such selectivity, among other possibilities of its use. On dealing with the transition period between Monarchy and Republic, these fights produced other vanquished and defeated people. Among those whose memories have been erased, there is an active entrepreneur between 1880/1930: Carlos G. da Costa Wigg. This article intends to demonstrate a case of biographical research through which many

recent discussions about the aspects of memory and forgetness perpass. This is a unique event in the history of the state of Minas Gerais, whose biographical aspects can certainly contribute with new reading in several areas of the history of the state.

Keywords

Biography; Memory; First Republic

Introdução

Recentemente alguns historiadores têm reafirmado a necessidade de uma reabertura de discussões sobre a história de Minas Gerais no início do período republicano, que sofrera avanços na década de 1980 até inícios da década seguinte, mas que seguiu passos lentos depois disso. As leituras históricas do período são percebidas atualmente, e graças ao trabalho desses historiadores, como fortemente marcadas por construções ideológicas dos vencedores, além de dirigidas por considerações particulares de grupos e famílias importantes à época. Entre os diversos motivos para o aumento dessa percepção entre os historiadores acadêmicos estão motivos muito atuais assim como considerações acerca de metodologias e referenciais teóricos resgatados que se apresentavam secundariamente na historiografia recente, ou de elaboração detalhada mais recente, que os historiadores mais jovens estão aprendendo a manejar nos últimos anos. Os estudos de novos fundos que serviram de base para uma historiografia mais crítica também tiveram importante papel no estabelecimento dessa nova percepção. Nesse quadro, o que o resgate biográfico de uma personagem cujas memórias foram perdidas ou consideradas banais pela historiografia anterior pode trazer de contribuição às discussões que pedem novas releituras?

Considerando que possivelmente há mais que se conhecer do que o já foi exposto em muitos campos do saber histórico - principalmente se o enxergamos pelas atuais indistintas dimensões e tênues delimitações que lhe damos - toda nova forma ou meio útil de aprofundamento na pesquisa histórica pode render frutos inesperados. E entre esses muitos campos da história, grande parte, se não sua totalidade, é dependente da forma e dos meios pelos quais a memória se estabelece enquanto corpo de informações relacionais disponíveis aos indivíduos e sociedades. Assim, sob esse prisma, o resgate biográfico é técnica tão válida quanto qualquer outra nova pretensão teórico-metodológica.

Em alguns casos o resgate biográfico é o um eficiente meio de trazer a tona o que construções históricas já formalizadas não notaram, desconsideraram ou buscaram esconder. As formas que o resgate biográfico pode tomar são mais variadas do que se pode perceber à primeira vista.

Sem discutir aqui as questões levantadas por Bergson, Leroi-Gourham ou Halbwachs acerca da natureza da memória e seu sentido social, a precedência do social às percepções do indivíduo e outras questões tratadas em várias obras, interessa aqui as possibilidades para um resgate biográfico onde já não mais existem testemunhas oculares, não mais existem memórias viventes e onde não há ínfima documentação com conteúdo pessoal ou que toque assuntos particulares. O caso que abordamos é um problema biográfico intrincado. Ele gerou pesquisas difusas em torno de pistas fugidias acabando por ser extremamente revelador dos processos naturais e sociais de arruinamento da memória e cujas soluções encontradas se deram através de um cruzamento de dados incompletos, vindos de inúmeras fontes públicas e privadas. São informações de cunho direto e indireto e que são reveladoras das lacunas enormes provocadas por determinantes pessoais e de como o poder político pode direta e indiretamente provocar o esquecimento.

O biografado de que tratamos era Carlos Galigniano da Costa Wigg (1855-1931) nascido em Porto Alegre e falecido no Rio de Janeiro. Criado parcialmente nos arredores de Liverpool, cidade inglesa onde faleceu muito nova sua mãe, Maria Luísa, quando ele tinha apenas oito anos. Ele veio ao Brasil para trabalhar com o pai, que logo voltaria para a Inglaterra e se casaria de novo, deixando o jovem sob a guarda dos tios no Rio Grande. Depois de muitas peripécias como contratador de obras públicas em diversos lugares do Brasil, ele se tornaria um importante industrial em Minas Gerais entre a última década dos novecentos e as três primeiras do século XX. Não deixou descendência, seguidores e com a chegada de um desafeto seu a cargos chave para seu reconhecimento, lhe foi sistematicamente negado um lugar na história, ainda que não tenha sofrido algo que pudesse ser classificado como ‘perseguição’. Mudanças políticas e sociais rápidas e constantes contribuíram para arruinar a tênue memória coletiva acerca de suas ações, de sua pessoa e dos papéis sociais que preencheria, esvaziando todo o sentido simbólico de todas as obras erigidas por ele e por sua viúva. Retornaremos a estas personagens mais adiante.

Biografia e resgate

Usar a biografia como instrumento de correção de injustiças ou na forma de encontrar um passado onde os ‘derrotados’¹ ainda eram parte da sociedade, ativos personagens do jogo social e político, não é uma ideia propriamente nova. Ela apenas se tornou mais poderosa através de novas técnicas e novos instrumentos tecnológicos que potencializaram as ciências sociais como um todo nas últimas décadas.

Por outro lado, um ou mais poderosos relatos biográficos podem ser especialmente bem vindos para dar corpo às histórias regionais ou coletivas carentes de forma e registros. O que não seria da história de certas regiões e municípios de Minas Gerais se não fosse pela existência de substanciais narrativas da vida de estrangeiros como, por exemplo, Peter Wilhelm Lund para Lagoa Santa e seus arredores em meados do século XIX, ou então um Guido Marlière para pequenas cidades da região do Rio Doce na primeira metade do mesmo século XIX? Através das suas biografias vários historiadores, longe de enaltecer os feitos de grandes homens como faziam os positivistas, é que resgataram dados importantes da vida da região e das cidades, costumes de outros grupos, percepções de época e de onde surgem até hoje, em diversos momentos, novas interpretações e linhas de pesquisa sobre outras análises regionais.

Fortes biografias podem ‘fazer um rio retornar às montanhas’, no sentido que revertem o fluxo da memória coletiva que se esvai, trazendo-a de volta pela via da memória de um ou poucos indivíduos, seja pela via oral, pela recuperação do conteúdo de correspondências ou outro tipo de corpo documental de caráter pessoal ou familiar. Essa metáfora é especialmente interessante por sinalizar algo que volta ao seu lugar de origem, significativo quando se trata de retornar a memória de alguém importante em um contexto sociotemporal em determinado espaço que não era propriamente o seu. No caso da memória sobre o industrial Carlos G. da Costa Wigg, buscar seus dados biográficos e o contexto de sua existência é como trazer um exilado da história a ocupar um lugar que sempre foi potencialmente seu: um nome citado por todos que se tornava cada vez mais vazio de sentido político

¹ Coloco a palavra ‘derrotados’ entre parêntesis para salientar que, apesar do uso dos termos ‘justiça’ e ‘injustiça’ em diversos trechos desse artigo, não há juízo de valor em seu uso, que não àquele que se refere ao desaparecimento de registro histórico substancial e significativo das memórias, referências e contextos de personagens a quem se deveria ‘fazer justiça’ à sua importância para as narrativas e explicações concernentes à produção de significados históricos.

e social. Um gaúcho de trejeitos ingleses que viveu grande parte de sua existência viajando, e que, mesmo quando importante figura política e econômica em Minas Gerais residia mais de metade do ano na cidade do Rio de Janeiro, e cuja memória foi premeditadamente ou ‘colateralmente’ forçada ao esquecimento.

Seu resgate biográfico é de tal modo poderoso que tem o condão de resgatar outras importantes personagens que com ele conviveram e parte dos vínculos desses com a elite da o Rio de Janeiro, então capital da República. Traz também consigo boa parte da história do distrito de Miguel Burnier - pertencente à cidade de Ouro Preto, próximo a Congonhas e Ouro Branco – entre a última década do século XIX e a terceira década do século XX.

Para o historiador que se propõe a utilizar o resgate biográfico como método para contornar uma história de maiores contornos que se apresenta como uma confusa teia de contradições e lacunas, o primeiro dever é o de questionar qualquer tentativa de atribuição de valor moral que os vencedores tenham determinado sobre quais as personagens ‘mereceram’ ser biografadas. Parece óbvia tal assertiva para casos de personagens muito conhecidas, mas para aquelas relegadas para um segundo plano histórico é bem mais fácil ao pesquisador sucumbir à armadilha que se junta a pouca monta dos documentos que diretamente possam estar disponíveis facilmente.

135

O afastamento dos atributos morais da história ‘oficial’ não pode ser confundido, porém, com assumir uma tendência automática em ‘vitimizar’ o biografado, mas apenas de cobrar para a história as lacunas que seu desaparecimento produz na compreensão e no entendimento dos contextos em que ele viveu e produziu os sentidos e relações que compuseram seu viver em sociedade. Como advertência específica para o caso em questão, ainda que ‘injustiçado’ na construção histórica ‘oficial’ e tradicional que se perpetuou na análise das Minas Gerais da Primeira República, devemos lembrar que Carlos Wigg era uma personagem muito controvertida. Os registros sobreviventes corroboram traços soturnos da sua personalidade: chegara às ‘vias de fato’ com um funcionário nos primórdios de sua atuação como gerente nos negócios do pai, ainda no Rio Grande do Sul, fato registrado em um jornal de Porto Alegre;² era conhecido como rude negociador entre os trabalhadores, agindo com rigor tal contra os primeiros grevistas de sua empresa, na década de 1910, ameaçando fechar a Usina Metalúrgica de Miguel Burnier e demitir todos, fato que muito contribuiu para a raridade das reivindicações

2 MARUÍ. Rio Grande, Ano II, n.11, 13 de março de 1881.

e conversações entre trabalhadores e patrões nesse estabelecimento nas décadas seguintes; polido com engenheiros e pessoal qualificado, tinha fama de insensível com trabalhadores mais simples. (De fato, alguns filhos de trabalhadores que sobreviveram até meados do século XX afirmavam que Carlos Wigg era de origem alemã, justificando através desse engano o motivo de seu comportamento rigoroso, o que entrega o distanciamento do chefe com os subordinados de baixo escalão).

Mas há, na confusão de origem nacional presente na memória popular sobre Carlos Wigg algo de notável: ela permite ver a construção de uma versão conforme a lógica interna da memória social local. Há algo de uma reconstrução negativa de sua memória por usa dessa distorção. Para além dos mineradores de origem germânica ou nórdica que mantinham empreendimentos na região na mesma época de atuação de Carlos Wigg e que com este fizeram, inclusive, negócios (Schweber, Arn Thun e outros) a memória coletiva construiu algo em torno de referências dos períodos entre a primeira e a segunda guerra mundiais: resquícios da propaganda antigermânica ou pró-germânica (em cidades como Barbacena e Conselheiro Lafaiete estiveram no entre guerras sob forte influência dos Integralistas, os fascistas brasileiros);³ o estereótipo de um comportamento bruto relacionado à construção da imagem de um opositor, um inimigo; o distanciamento como sinal de inimizade latente, antipática.

136

Foi pela necessidade de articular memórias incompletas em um todo coerente – base da memória histórica, que é contextual - que a memória coletiva foi provocada a intercalar alguns relatos vagos da personalidade de Carlos Wigg, a partir de seu lugar social em Miguel Burnier, com as qualificações construídas na mentalidade popular e localmente atribuídas aos germânicos – principalmente depois de 1917 e 1942, ao se tornarem inimigos distantes e mal compreendidos - no contexto da primeira metade do século XX. Seriam os alemães estereotipados como tecnicamente aplicados, avançados tecnologicamente, mas frios, destituídos de empatia e inteligência para o trato social.

Figura culturalmente híbrida, mesmo estando em uma região que conheceu muitos estrangeiros, Carlos Wigg ainda assim conseguiu provocar estranhamentos. E se, em certos meios, o silêncio imposto por inimizades políticas - junto à falta de descendência ou de continuadores - jogou a memória de Carlos Wigg no esquecimento relativo de notas de rodapé da história do período inicial da

3 Em 1934, surgiu em Barbacena o jornal *O Rubicon*, “um órgão recreativo, noticioso [...] filosófico e teimoso”, de Inês Piacesi, imigrante italiana e usava *O Rubicon* para disseminar ideias pró-fascismo e pró-integralismo: PIMENTA, 2010.

República em Minas Gerais, por outro lado os ‘estranhamentos’ de sua imagem e comportamento entre os habitantes e trabalhadores locais construíram outro lugar de memória para aquela personagem. Tal memória coletiva é claramente marcada espacialmente. Mesmo que não tenhamos nos empenhado em averiguar se ainda existem resquícios da figura do biografado na memória coletiva em outras regiões de sua atuação profissional e das suas relações familiares, notadamente na sua terra natal, Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e no Rio de Janeiro, com certeza não existe nessas paragens tais reconstruções de sua imagem.

Assim, percebemos também que o resgate biográfico pode passar por um resgate dos sentidos que memórias coletivas construíram posteriormente para a mesma personagem em diversos momentos e em diversos lugares, assim como as motivações para existirem tais diferenças e as causas de seletividade da memória. Tais divergências de interpretações em diversos lugares da história – o lugar oficial e os lugares múltiplos das memórias – nos faz perceber que a história política escrita pelos vencidos, caso tomado criticamente, se parece como a caricatura de um modelo de Pangloss,⁴ de eterno processo de ‘melhorias possíveis’, sendo o presente o resultado das possibilidades mais benéficas e ao alcance dos agentes que o construíram, através de ações passadas que atribuem o valor máximo a partir de si mesmas. Os derrotados apenas não teriam as melhores soluções ou adaptações nessa aventura histórica panglossiana, reafirmando sorrateiramente a história dos vencedores, sem levar em conta as diversas possibilidades, limitações e contradições sociais, os princípios spencerianos.⁵ Na falta de um lugar na história, as biografias de alguns dos perdedores se tornam, dentro do teatro das memórias, outras caricaturas.

As biografias que resgatam os sentidos presentes nas ações das personagens históricas que tiveram papel preponderante em contextos específicos, cuja construção da história e da memória coletiva as relegou para um segundo plano contestam essa interpretação da história panglossiana e spenceriana. Os vencedores, renegando a importância e o valor dos vencidos, buscam um sentido moral da

4 Pangloss é um personagem criado por Voltaire na sua obra *Cândido* (1758). Ele se apresenta como uma caricatura e uma crítica a um importante filósofo em voga à época: Leibniz. Este afirmava que ‘o mundo do presente sempre era o melhor dos mundos possíveis’.

5 Herbert Spencer foi o precursor do Darwinismo Social, que tentou trazer as noções darwinistas de competição e sobrevivência para o campo social, subvertendo à força as distinções entre as regras do mundo natural e do mundo social, sendo amplamente criticado nos meios intelectuais, mas, aceito por muitos liberais que viam nessa teoria híbrida e confusa uma reafirmação do funcionamento do mercado e explicação necessária para as desigualdades sociais.

história que em si, ela não possui como já apontamos. O processo de esquecimento determinado pela sobrevivência política dos vencedores por um longo prazo, deixar à sombra antigas reputações de inimigos dos quais se nega reconhecimento, mas que podem ter muito a dizer à história em seus outros aspectos simbólicos, interpretativos e regionais.

Do senso comum e do esquecimento coletivo

No caso de uma figura histórica que não produziu descendentes genéticos, adotivos ou seguidores, o peso do tempo criou um desafio que atinge a releitura da história para além de seu tempo e dos papéis que assumiu em vida. Impondo a transitoriedade de seus feitos impiedosamente, negando-lhe permanência de memória e justiça - pela impossibilidade de justificar-se por si ou por outros – esses fatos vão de encontro com monumentos voluntários e involuntários criados pelo biografado ou por outros, no caso de Carlos Wigg, principalmente pela manutenção da empresa que criou em Miguel Burnier e pela grande igreja do Coração de Jesus erguida pelo patrocínio de sua viúva junto às dependências dessa mesma empresa. Esses monumentos desafiam pela manutenção de seu nome a eles associado, o esquecimento geral que se produziu por outras vias. No embate, surgiu uma série de memórias imprecisas e recriadas, releituras de episódios truncadas pela sua passagem de geração em geração, e que se tornaram um tipo de memória pelo senso comum. Essa memória pelo senso comum não nega o esquecimento, antes, dele faz parte.

138

Se a falta de descendência ou seguidores nega a uma figura pública alguns importantes planos que constituem os lugares e os percursos das memórias, e a representação do passado fica livre para as mais mirabolantes reescritas da história, inclusive as de caráter folclórico, também pode abrir caminho outras operações mentais coletivas, entre elas a ruptura de todas as relações da personagem com o real, encurtando o tempo do esquecimento do que é realmente significativo, desaparecendo com os últimos vestígios que serviriam aos processos dialéticos comuns na construção de memórias de figuras públicas.

Porém, cabe à história - por se conformar como uma ciência interpretativa das evidências - tornar o historiador o intérprete da subjetividade perdida, ao levá-lo, no processo de destrinchar o passado, a obrigar-se a explicar e revelar os lugares e os papéis assumidos pelo eventual biografado cujas memórias não tiveram condições históricas propícias a sua sobrevivência por leituras e releituras

de terceiros. Assim o senso comum deverá ceder lugar ao trabalho do historiador em desnaturalizar o lugar até então ocupado pelo biografado na memória coletiva, revalorando as fontes e ações do sujeito sob a ótica histórica.

Nem tudo, porém, é nebuloso e controverso. Há algo de palpável em outros lugares, localizados pela mediação tecnológica das buscas virtuais que hoje permitem ao pesquisador acessar bibliotecas distantes e dados compartilhados. Assim, foi localizada a única nota biográfica conhecida de Carlos Wigg, organizada por um inglês, entre 1912 e 1913, em obra que visava fazer conhecer o Brasil. Reginald Lloyd, em seu *Impressões do Brasil no Século Vinte*, nos brindou com dados parciais, mas muito significativos, que possibilitou muitas entradas para novas pesquisas: (LLOYD, 1913: 329-331)

Carlos G. da Costa Wigg - É o quarto filho do sr. John Clayton Wigg, natural de Liverpool, e que tendo vindo para o Brasil em 1819, se estabeleceu com casa de negócio no Rio Grande do Sul. O sr. Carlos Wigg, de descendência brasileira pelo lado materno, nasceu em 1855 e foi educado no Rio Grande. Tendo entrado com 15 anos de idade para um escritório comercial, estabeleceu-se em 1878 por conta própria, com casa importadora e exportadora, em sua cidade natal.

Em 1881, foi para o Pará, como empreiteiro das obras públicas de melhoramento da cidade, e executou vários contratos estaduais e municipais, por conta própria e de sociedade com outros. Visitou depois as regiões do Alto Amazonas e, regressando ao Sul no ano seguinte, em 1882, começou a empregar os seus capitais no estado de Minas Gerais, ao qual, desde então, ficaram presos os seus interesses comerciais e industriais.

O sr. Wigg havia já começado a estudar seriamente os enormes recursos minerais de que dispõe este estado e com especialidade as vastas jazidas de ferro; e em 1886 iniciou a primeira usina de ferro no Brasil, na Estação de Esperança, empresa que foi mais tarde vendida a uma companhia organizada com esse intuito.

A usina Wigg, hoje em plena prosperidade, foi fundada em 1890, nas vizinhanças de Bournier, estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, onde o sr. Wigg instalou um alto-forno para 12 toneladas de minério, empregando como combustível carvão de madeira, produzido em sua propriedade. É interessante notar que, naquele tempo, podiam os fornos, nas Usinas Esperança e Wigg, suprir todo o ferro-gusa necessário ao consumo do Brasil; este estado de coisas, porém, mudou muito nos últimos 30 anos.

Depois de dois anos de esforços, o sr. Wigg convenceu-se de que a indústria do ferro, em pequena escala, não seria nunca remunerativa; apagou seus fornos e dedicou-se a uma indústria que se tem tornado de uma importância mundial e da qual foi praticamente o iniciador: a indústria do manganês.

Em sua grande propriedade Usina Wigg, na linha-tronco para Belo Horizonte, onde termina a bitola larga, perto da estação de Burnier, fundou o sr. Wigg três estações menores com bitola estreita; na sua mina trabalham cerca de 300 homens, enquanto que outros 2.000 vivem na

propriedade. Cerca de 50.000 toneladas de minério de manganês são extraídas anualmente, o que constitui cerca de um quarto da produção total do Brasil.

O minério embarcado na estrada de ferro é enviado para o Rio de Janeiro, onde o sr. Wigg tem na Ilha Mocanguê Grande, na baía, depósitos próprios, providos de guindastes e aparelhos automáticos para carga e descarga.

O sr. Wigg possui também rebocadores e saveiros, para o transporte do minério para os depósitos da ilha. O manganês é exportado para a Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, e o minério da propriedade do sr. Wigg obtém o melhor preço para manganês de origem brasileira. Deve-se notar que a mina de B(o)urnier é a única mina de manganês no Brasil, explorada em níveis profundos. Na dragagem de rios para extração de ouro, tem o sr. Wigg feito, por vários anos, ensaios mais ou menos satisfatórios, nos rios do estado de Minas Gerais.

Em outra parte desta obra se encontra um artigo sobre uma indústria que talvez venha a tornar-se a mais importante do Brasil e para cujo triunfo o sr. Wigg emprega a sua admirável perseverança e firme convicção e a qual considera o mais alto ideal de sua vida; a indústria do aço e do ferro. Muito breve começará a trabalhar a grande Usina de Ferro e Aço montada de acordo com os melhores planos ingleses, próximo à cidade de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais. (LLOYD, 1913)

140

Esta nota biográfica dá interessantes dados gerais sobre o biografado, mas não informa muito sobre sua relação específica com Minas Gerais, com as elites mineiras do início da República, nem de uma série de aspectos biográficos que constantemente voltam à tona quando se busca reconstruir esse período histórico para a região do entorno do distrito de Miguel Burnier, dos aspectos complexos e nebulosos da história do trabalho e das concessões minerais ali.

Por outros meios e fontes, principalmente em documentação ainda em grande parte inédita existente no acervo da Usina Wigg, descobrimos uma das principais causas do desaparecimento relativo da figura de Carlos Wigg da história mineira: uma briga entre ele e o filho de um engenheiro e político associado aos seus negócios, nas dependências da Usina Wigg, ocorrida em meados de outubro de 1915.

O jovem era nada menos que Domingos Fleury da Rocha, filho de Domingos José da Rocha, político e engenheiro ligado à Escola de Minas de Ouro Preto. Sem entrara nos detalhes da contenda, que gerou inclusive um processo judicial, o fato é que este jovem se tornou um influente político e técnico cuja resistência à figura e à memória de Carlos Wigg era publicamente conhecida. Ao que tudo indica, grande parte das pessoas do círculo íntimo de Carlos Wigg dependiam ou dependeram da boa vontade de Domingos Fleury da Rocha posteriormente à morte daquele. Assim, não houve reconhecimento público de Carlos Wigg de nenhuma

espécie por longos anos, e depois de algumas décadas no limbo, quase ninguém vivo se lembrava bem dele, e sentido nenhum parece ter havido de resgatá-lo como personagem.

Para se ter uma ideia da barreira que se formou em torno da reiteração ou registro da posição de Carlos Wigg na história da sociedade e da política mineira, resta colocar uma outra breve biografia, a de seu desafeto: Domingos Fleury da Rocha. Ele fora diretor da EMOP entre 1927 e 1930 e aliado de Fernando de Melo Viana, o vice-presidente da República que, apesar de mineiro, se manteve governista na revolução de 1930 por não ter sido indicado para concorrer ao governo do Estado. Após a Revolução de 1930 Domingos Fleury da Rocha passou da Diretoria da EMOP para a subcomissão de engenharia da “Comissão de Reforma do Ensino Superior e Organização do Ensino Universitário”, de nível Federal, convidado por Francisco Campos, em 1931, mesmo ano da morte de Carlos Wigg. Logo a seguir, em 1933 foi chamado para dirigir o recém-criado DNPM, cargo que ocupou até 1938. Depois ocupou diversos cargos no Conselho Nacional do Petróleo, de 1938 a 1944. Quando voltou à Diretoria da EMOP em dezembro de 1944. Durante este longo período, que começou nos últimos anos de vida de Carlos e se estendeu por cerca de quinze anos após sua morte (tempo em que faleceram praticamente todos seus principais colaboradores) foi negado qualquer reconhecimento público a Carlos Wigg, que tinha, inclusive, sido um benfeitor da própria Escola de Minas de Ouro Preto, dirigida por dois períodos por Domingos Fleury da Rocha. (UFOP,1976: 105-107; NEVES, 2012: 139-140; CARVALHO, 2001: 153-178; REIS, 2008: 121-124).

141

A resistência à figura de Carlos Wigg, porém, data de muito mais cedo, talvez até mesmo desde que chegou às Minas Gerais, despertando sentimentos negativos de grupos locais que esperavam usar os recursos minerais do estado apenas em seu próprio benefício. Indício claro disso é uma carta de 31 de dezembro de 1914, anterior, portanto, à briga com Domingos Fleury da Rocha, em que Carlos Wigg se manifestaria com um amigo sobre as dificuldades que alguns representantes do regionalismo mineiro e outros interesses impunham à sua empresa:

É desoladora a convicção a que vou chegando, de que, salvo alguns raros amigos pessoais, nem mesmo no município de minha atividade, se me reconhece, em Minas, algum valimento, as minhas mais justas pretensões, sendo constantemente preteridas pelo efeito do despeito (ou de outros motivos de igual pouca nobreza) de qualquer cidadão falto da precisa elevação moral. E por tal forma vão me ferindo e magoando estas desagradáveis experiências, que não vejo senão a alternativa de

recolher-me à vida privada; já que a conseqüente falta de tranquilidade de espírito me impede, aos 60 anos, da continuação do mesmo esforço, rigoroso, sob o qual tenho resistido até recentemente. Eu não quisera que o amigo visse nisto uma queixa, mas antes um desabafo, perante um amigo cujas manifestações benévolas, justificam-me. (Carta a Braguinha, , enviada do RJ).⁶

A construção de um senso comum que posicionava Carlos Wigg como um forasteiro nada bem vindo ao interior das Minas Gerais começara muito antes. Talvez sua condição de gaúcho filho de ingleses já predissesse os preconceitos que sofreria. O ramo que resolvera atuar – mineração e siderurgia - motivo de cobiçosos empreendedores locais que vinham de antigas famílias dos primeiros exploradores, se somaria para tornar o preconceito senso comum. A possibilidade de sobrevivência de sua memória estava em cheque antes de sua própria constituição.

Documentos e monumentos na memória de Carlos G. da Costa Wigg

Grande parte dos documentos existentes no acervo da Usina Wigg em Miguel Burnier, distrito de Ouro Preto - hoje sob a guarda da empresa Gerdau – está ainda por ser analisada. O que já é conhecido impõe diversas questões memorialísticas a serem analisadas em maior profundidade, todas podendo ainda gerar profundos impactos nas interpretações das informações biográficas de Carlos G. da Costa Wigg.

Para além das considerações arquivísticas e do sentido e caráter do fundo documental, onde documentos particulares despontam vez por outra em meio a uma massa enorme de documentos da própria empresa, fica claro que o lugar e a importância da memória não era algo longe das considerações do industrial Carlos Wigg e de sua esposa, Alice da Silveira Wigg. Eles demonstraram em diversos momentos preocupações com suas imagens públicas, inclusive porque transitavam pela alta roda política e intelectual do Rio de Janeiro. Com menor constância,

⁶ Custódio da Silva Braga, engenheiro, farmacêutico, literato, professor de geometria e trigonometria, química, física e eletrotécnica, além de historiador. Trabalhou em diversas explorações minerais em Ouro Preto, em prospecções e análises químicas publicando 28 trabalhos nos Anais da EMOP. Presidente da Câmara de Ouro Preto em 1912 cuidou dos transportes no município e da canalização de água de Cachoeira do Campo. (PAULA & FERREIRA, 1974: 150-151). Era filho de Vitorino da Silva Braga, considerado um dos fundadores de Juiz de Fora (MG), também amigo de Carlos Wigg. Amaro Lanari Júnior, sobrinho de Carlos Wigg, se formaria na Escola de Minas de Ouro Preto na mesma turma do filho de Custódio da Silva Braga, Custódio Braga Filho, em 1936. (UFOP, 1976: 180).

também se relacionavam com as elites mineiras.

Carlos e Alice participaram por anos de eventos beneficentes, fizeram diversas doações, e eram ativos participantes de uma instituição que atuava na alfabetização de jovens na cidade do Rio de Janeiro, e até mesmo uma escola da cidade foi batizada com o nome de Carlos da Costa Wigg após sua morte. Fizeram doações à Santa Casa de Caridade em Jaguarão, no Rio Grande do Sul e outras mais no Rio de Janeiro.⁷

Talvez o mais contundente monumento erigido para lembrar a importância de Carlos Wigg tenha sido a Igreja do Coração de Jesus, construída pela intervenção e com doações feitas por sua viúva, Alice Wigg, cujas obras se finalizaram por volta de meados da década de 1930, alguns anos após o falecimento de Carlos Wigg. Essa obra arquitetônica refinada, indiretamente, é um monumento de Alice Wigg em memória das obras do esposo falecido. Porém, perdeu sua eficácia simbólica.⁸ Igualmente, o trecho da carta transcrita no tópico precedente deve ser lida com vista a essa percepção dos Wigg sobre ao seu legado ao futuro.

Por fim, devemos nos lembrar de que o período da presença dos Wigg em Miguel Burnier coincide com reorganização incessante da política e das instituições públicas no Brasil, iniciando-se ainda nos anos finais da Monarquia até o movimento de 1930, e é um período rico de luta simbólica, onde entre toda uma gama de opções políticas e ideológicas. O emaranhado de relações simbólicas acaba por ser o objeto mais importante do resgate biográfico, maior em si do que a figura humana e social do próprio biografado, o que transcende o entendimento tradicional do papel metodológico das biografias.

143

Referências Bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. *História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço*. In: Mouseion, vol.3, n.5, Jan-Jul/2009.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

7 Há algumas referências entre os documentos da Usina Wigg; outras doações foram públicas, sendo anunciadas em O País, o jornal de maior circulação no Rio de Janeiro da Primeira República, por fim, o Arquivo Nacional, no fundo do Cartório do Ofício de Notas contém diversas referências a doações.

8 Como aponta claramente o pensador francês Pierre Bourdieu “a política é o lugar, por excelência da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos.” (BOURDIEU, 2006: 159)

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. A crise e a refundação republicana, em 1930. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (org.) *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. pgs. 141-171. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário. (orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7ª ed. revista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LLOYD, Reginald. (org.) *Impressões do Brasil no Século Vinte*. Londres. Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd.; Rio de Janeiro. L. T. Delaney e Joaquim Eulalio, 1913.

MELO, Eduardo Rezende. *Nietzsche e a justiça: crítica e transvaloração*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2004.

144

PAULA, Almênio J. de & FERREIRA, Saturnino G.. *Figuras Notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Pioneiros e Expoentes Editorial Ltda., 1974.

PEREIRA, Lígia Maria Leite & FARIA, Maria Auxiliadora de. *Amaro Lanari Júnior: pensamento e ação de um siderurgista*. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

PIMENTA, E. F. As Relações de Inês e Aroldo Piacesi com o Fascismo e o Integralismo, Barbacena-MG (1923-1945). Disponível em: <http://www.ufjf.br/lahps/files/2010/11/Anais_do_III_Simposio_do_Laboratorio_de_Historia_PoliCatlica_e_Social.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2014.

REIS, Milton. *A trajetória do Poder: de Cesário Alvim a Aécio Neves*. Belo Horizonte. Armazém de Idéias, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. *A Escola de Minas: 1876-1976*. Ouro Preto: Oficinas Gráficas da Universidade de Ouro Preto, 1976.

VOLTAIRE. *Cândido*. 3ª ed. São Paulo: Maritns Fontes, 2003.

APM – Arquivo Público Mineiro – AS 937: 6-7.

APMOP. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto - Atas das Sessões da Câmara Municipal de Ouro Preto.

AN – Fundo Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro. Livro 551, fl.53,
Rolo031.69-79.

BN – MAN – Memórias 7,3, 1002 – n. 096.

Carta 27/08/1906 – De Carlos Wigg para Domingos da Rocha

Carta 01/09/1906 - De Carlos Wigg para Domingos da Rocha

Carta 16/10/1914 – De Carlos Wigg para Domingos Fleury da Rocha

Carta 15/12/1914 - De Carlos Wigg para George Chalmers

Carta 31/12/1914 - De Carlos Wigg para Custódio Braga

Jornal do Commercio, 25 de agosto de 1911.

MARUÍ. Rio Grande, Ano II, n.11, 13 de março de 1881.

O Paíz, sábado, 23 de abril de 1898.

O Paíz, segunda feira, 25 de abril de 1898 p.1.

145

O Paíz, domingo, 17 de maio de 1921.

O Paíz, várias edições.